

ANÁLISE DE IMPRENSA E SUAS ABORDAGENS DURANTE A CAMPANHA DA LEGALIDADE DE 1961

PRESS CORPS ANALYSIS AND YOURS APPROACHES DURING THE LEGALITY CAMPAIGN OF 1961

ANÁLISIS DE PRENSA Y SUS ENFOQUES DURANTE LA CAMPAÑA DE LEGALIDAD DE 1961

Mariele Henn Heck *

Resumo: Após a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, os ministros militares vetaram a posse do então vice-presidente João Goulart e em consequência disto o país enfrentou uma grave crise política. O papel de Leonel Brizola foi determinante para a história do país, pois este liderou uma campanha denominada Campanha da Legalidade (1961), em prol da posse legal de João Goulart. A centralidade da campanha de Leonel Brizola é indiscutível. No entanto, poucos foram os trabalhos que se detiveram a analisar a imprensa do período, notícias e editoriais publicados. Por conta disso, esse trabalho analisará o jornal Gazeta do Sul, de Santa Cruz do Sul como importante ator político naquele momento.

Palavras-chave: Campanha da Legalidade. Gazeta do Sul. Imprensa. Política.

Abstract: After resignation of Jânio Quadros in August of 1961, the military ministers vetoed the tenure of the vice-president João Goulart, consequently the country faced a serious political crisis. The function by Leonel Brizola was decisive for the history of the country, because he led a campaign, called the Legality Campaign (1961), in pro of João Goulart's legal tenure. The centrality of the campaign by Leonel Brizola is unquestionable. However, just a few papers porpoused to analyze the press corps, published news and publishers in the period. For this reason, this paper will analyze the newspaper Gazeta do Sul of Santa Cruz do Sul as an important political actor in that time.

Keywords: Gazeta do Sul. Politic. Press Corps. The Legality Campaign.

Resumen: Después de la renuncia de Jânio Quadros en agosto de 1961, los ministros militares vetaron la permanencia del vicepresidente João Goulart, por lo que el país enfrentó una grave crisis política. La función de Leonel Brizola fue decisiva para la historia del país, porque dirigió una campaña, llamada Campaña de la Legalidad (1961), en pro del posesión legal de João Goulart. La centralidad de la campaña de Leonel Brizola es incuestionable. Sin embargo, solo unos pocos documentos propusieron analizar el prensa, las noticias publicadas

* Graduada em História pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2017). Estuda Pós-graduação em Sociologia pela Universidade Candido Mendes. E-mail: marielehennheck@hotmail.com.

y los editores en el período. Por este motivo, este trabajo analizará el periódico Gazeta do Sul de Santa Cruz do Sul como un actor político importante en ese momento.

Palabras clave: Campanha de la Legalidad. Gazeta do Sul. Política. Prensa.

Considerações iniciais

A Campanha da Legalidade marcou profundamente a memória política do estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista que muitos setores da sociedade teriam aderido, ou mesmo apoiado esta campanha. Cinquenta anos depois, ela foi resgatada e usada como símbolo de uma sociedade democrática. Podemos verificar este fato quando, em finais de 2011, surge um projeto de lei, que entraria em vigor em 2014, e alteraria a denominação da chamada avenida Castelo Branco – uma das principais vias de acesso à cidade de Porto Alegre – para o nome de Avenida da Legalidade. Segundo Diego Orgel Dal Bosco Almeida:

Os vereadores, autores do projeto, justificaram, na época, que essa seria uma forma de homenagear “as gaúchas e os gaúchos” que participaram da Campanha da Legalidade entre os meses de agosto e setembro de 1961. Trocando a denominação da Avenida que procurava fixar a memória em torno do nome do primeiro presidente militar em favor de rememorar o movimento político ocorrido substancialmente e com maior força no estado do Rio Grande do Sul (ALMEIDA, 2012, p. 503).

Alguns anos após a Lei Nº 11.688 entrar em vigor, a avenida é objeto de nova polêmica. Em meados de setembro de 2017 o Tribunal de Justiça do Estado declarou nula a Lei Municipal Nº 11.688, que alterou o nome da Avenida Castelo Branco para Avenida da Legalidade e da Democracia. Isso se deu ao fato de que poderia ter ocorrido vício na votação do projeto de lei por não ter sido obtido o quórum de 2/3 de vereadores para a aprovação. Para uma das autoras da lei, Fernanda Melchionna, a decisão do TJ é “um retrocesso”. A vereadora disse que é inaceitável que uma capital como Porto Alegre homenageie quem cometeu crimes contra a humanidade. A Legalidade foi um momento histórico, que os “gaúchos” têm orgulho.¹

Considerando a força da Campanha da Legalidade, passados 57 anos de sua ocorrência, este trabalho tende a compreender quais seriam as visões da Campanha da Legalidade em cidades do interior do estado do Rio Grande do Sul.

As eleições de 1960: a combinação inesperada de Jan-Jan

Para discutir sobre a legalidade será necessário recuar um pouco na cronologia para que assim, possamos entender a conjuntura política daqueles anos. Para a presidência, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD) continuaram com sua aliança, porém, desta vez, com um já conhecido nome para a presidência: General Henrique Teixeira Lott. Além deste, o Partido Social Progressista (PSP) candidatou Ademar Pereira de Barros, animado com os grandes resultados na eleição de 1955. Por último, o Partido Trabalhista Nacional (PTN), lançou a candidatura de Jânio Quadros, após este governar São Paulo. Segundo Boris Fausto (1995, p. 436), a União Democrática Nacional (UDN), partido de grande notoriedade, hesitou em credenciar seu próprio candidato ou apoiar Jânio Quadros. No entanto, apesar de Jânio Quadros não se adequar inteiramente no perfil do partido, ele significava a única esperança no sentido de conseguir reverter o incontável número de derrotas do partido em eleições presidenciais. Dessa forma, o apoio a Jânio prevaleceu sob uma possível candidatura.

O Candidato pelo PTB e PSD, general Henrique Teixeira Lott, deixava a desejar quanto aos seus discursos. Em alguns desagradou o PSD com o posicionamento sincero e aberto à concessão do voto ao analfabeto em outros desagradou ao PTB e principalmente setores da esquerda quando falava mal de Cuba ou do comunismo. Já no caso do candidato pelo PTN, Jânio Quadros, logo no início da campanha, ficou evidente o seu favoritismo devido ao fato de que este tinha a sua atração baseada em seu estilo personalista (SKIDMORE, 1969, p. 232) na sua imagem de “antigetulista” e “antipolítico”.

Pode-se afirmar, portanto, que o rumo do governo brasileiro teria uma ação decisiva quando, em dezembro de 1959, a UDN e o PDC (Partido Democrata Cristão) entraram em disputa referente ao candidato a vice-presidente que atuaria com Jânio Quadros. Para manter sua imagem de independente de partidos políticos, o mesmo renunciou sua candidatura até que os partidos encontrassem a solução para o conflito e reassumissem que o candidato em questão era independente de partidos políticos. Essa ação mostrou a fraqueza da UDN e fez com que Jânio Quadros voltasse ao seu posto com poderes maiores. Outra consequência desta atitude, foi a divisão dos eleitores entre o candidato da UDN e do PSD, sendo assim eleito um terceiro candidato a vice-presidência, João Goulart, pelo PTB. Em outubro de 1960, Jânio vence as eleições presidenciais com 48% dos votos, enquanto Lott obteve 28% e Ademar 23% (FAUSTO, 1995, p. 437).

Um breve e aventureiro governo: Jânio Quadros presidente

Durante seu governo, para manter a imagem de “antipolítico” (SKIDMORE, 1969, p.231) com a qual havia se candidatado, iniciou um projeto que atacava os corruptos, a ineficiência da administração e a ineficiência burocrática - através de bilhetinhos. Desenvolveu uma série de investigações neste primeiro momento referente a fraudes de governos anteriores. Veio a público, em maio daquele ano, um relatório que envolveria o nome do vice-presidente em irregularidades. Essas atitudes poderiam até ser vistas como honrosas para a população, mas para o Jânio Quadros seria difícil lidar com o Congresso. A situação a cada dia se complicava mais, visto que o presidente pouco fazia para manter as alianças e ou o apoio da UDN. Com apenas duas reuniões, agia sem consultar as lideranças do partido que o apoiava. Jânio Quadros estava administrando o país sem contar com uma base política de apoio (FAUSTO, 1995, p. 440).

Seguindo a lógica que orientava suas primeiras ações políticas levou o Brasil para “uma política externa independente”. Contou com o apoio do chefe do Ministério das Relações Exteriores, Afonso Arinos de Melo Franco. Essa política tinha como objetivo buscar um terceiro caminho entre os dois grandes blocos em conflito: o capitalismo e o comunismo. Além disso, vale salientar, que a conjuntura política global da chamada Guerra Fria serviu para tornar esta política, além de aventureira, muito ariscada. Conforme o próprio nome já diz, esta política era “independente”, ou seja, inviabilizou que a UDN chegasse ao poder. Também podemos afirmar que Jânio Quadros, a partir dessa política, provocou a oposição dos conservadores, inclusive dos udenistas, quando em 20 de agosto de 1961 condecorou Ernesto Chê Guevara com a maior distinção que o Brasil outorga a um estrangeiro que é a Grã-cruz do Cruzeiro do Sul.

Essas atitudes do Governo forneceram um estímulo para que Carlos Lacerda, “o demolidor de presidente” (SKIDMORE, 1969, p. 247), governador da Guanabara, liderasse um ataque ao presidente tentando colocá-lo em descrédito com a população e com os militares, a partir da sua política externa independente.

Grave erro de cálculo: a renúncia de Jânio Quadros e os dilemas da posse de João Goulart

A partir de 20 de agosto de 1961, Lacerda começou a atacar incessantemente Jânio Quadros por rádio e televisão usando do preceito da política externa independente. O governador da Guanabara tentou entrar em confronto direto com o presidente e na noite do dia 24 de agosto, desencadeou um violento ataque na rádio contra Jânio Quadros, argumentando que o mesmo o convidou para um golpe que estava sendo tramado pelo Ministro da Justiça Oscar Pedrosa Horta. Quando soube da acusação, no dia seguinte, “sob grave erro de cálculo” (SKIDMORE, 1969, p. 248), pediu sua renúncia da Presidência da República.

A renúncia nunca chegou a ser esclarecida. Jânio nunca relatou o porque da sua decisão. Sua carta de Renúncia aludia a “forças terríveis” (FAUSTO, 1995, p. 442) o motivo da Renúncia. Segundo Luciano Aronne de Abreu (ABREU, 2014, p. 31), o presidente teria a intenção de renunciar a fim de que o congresso e a maioria da população brasileira não aceitassem a sua renúncia, em função de um potencial repúdio à figura de política de João Goulart, e assim Jânio voltaria à presidência com poderes ditatoriais, como aconteceu em sua candidatura, porém isso não acontece.

A constituição deixava claro o procedimento a se seguir após uma renúncia, porém os ministros militares viam em João Goulart uma tendência ideológica que influenciava as agitações, conforme argumenta Jorge Ferreira:

Segundo os três ministros, tanto no Ministério do Trabalho quanto na Vice-Presidência, ele demonstrou “suas tendências ideológicas, incentivando e mesmo promovendo agitações. E não menos verdadeira foi a ampla infiltração de ativos e conhecidos agentes do comunismo. Ainda ha pouco, como representante oficial em viagem à URSS e à China comunista, torna clara e patente sua incontida admiração ao regime desses países”. Permitir que, por meio de Goulart, assumissem o poder “agentes da desordem e da desunião e da anarquia” seria incentivar o país a mergulhar no caos e na luta civil (FERREIRA, 2005, p. 307).

Enquanto o setor militar se opôs a posse de João Goulart, os setores nacionalistas populistas defenderam o direito de o vice-presidente assumir o cargo (ABREU, 2014, p. 34) e para agravar a situação, o vice-presidente João Goulart, por uma coincidência curiosa, encontrava-se em visita oficial à China, que também alinhava seus interesses ao bloco soviético. Foi a partir deste pretexto, que os Ministros Militares, general Odílio Denys da Guerra, brigadeiro Grum Moss, da Aeronáutica e o Almirante Silvio Heck da Marinha, vetaram a posse de João Goulart e declararam que sua volta ao Brasil seria “inadmissível”.

Enquanto isso, havia um grande conflito no congresso entre a posse do sucessor legal de Jânio Quadros e novas eleições.

Na noite de 25 de agosto, no Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, então governador do estado, sai para a sacada do Palácio do Piratini e faz um discurso para estudantes e sindicalistas repudiando a tentativa de veto à posse de João Goulart à Presidência da República. Segundo ele, os ministros militares estavam tentando dar um golpe. Em nome da Legalidade, buscou aconselhamento de Marechal Henrique Teixeira Lott.

Em um clima de censura, o Marechal Henrique Teixeira Lott manifestou, às forças vivas da nação, às forças da produção e do pensamento, aos estudantes e aos intelectuais, aos operários e ao povo em geral, um manifesto² que tinha a intenção de fazer com que seus colegas militares, seguissem a Constituição Federal e concordassem com a posse de João Goulart. Após este manifesto, Lott foi preso e enviado à Fortaleza de Laje. As emissoras de rádio que transmitiram o manifesto, foram fechadas.

No Rio Grande do Sul, a única emissora de rádio que permaneceu aberta foi a Rádio Guaíba. Desta forma, Leonel Brizola, requisitou a rádio para Breno Caldas, presidente da Companhia Jornalística Caldas Júnior, pois tinha a intenção de pronunciar as atitudes da cúpula militar a todos os setores da sociedade. Breno Caldas não demonstrou resistência, porém solicitou que os estúdios fossem montados em outro lugar. O Governador do Estado do Rio Grande do Sul instalou a rádio nos porões do Palácio Piratini e a rádio da Legalidade entrou no ar no dia 27 de agosto já com um hino da legalidade (ABREU, 2014, p. 37).

A crise político-militar em Santa Cruz do Sul

Entre 25 de agosto e 07 de setembro de 1961, o Brasil enfrentou a possibilidade de uma guerra civil, devido aos acontecimentos posteriores à Renúncia de Jânio Quadros. A partir dessa premissa, me proponho a analisar as reverberações dentro do município de Santa Cruz do Sul, através das publicações da imprensa dessa localidade, o jornal *Gazeta do Sul*.

Em nível estadual, o governador Leonel Brizola, “a partir da certeza de que haveria ao menos o apoio de parlamentares de seu partido, do secretariado e da Assembleia Legislativa que Brizola lançou o manifesto da Legalidade” (ALMEIDA, 2007, p. 62), em oposição ao veto dos Ministros Militares de Jânio Quadros à posse do vice-presidente João Goulart. O movimento em prol da Legalidade fez com que as lideranças políticas do país, e

principalmente do estado, se posicionassem, não só referente a posse de João Goulart, como também a Campanha realizada pelo governador Leonel Brizola.

A manchete do jornal *Gazeta do Sul*, no dia 29/08/1961, nos mostra o pronunciamento do então prefeito da cidade, Edmundo Hoppe da coligação PSD-PL-PDC, e o posicionamento do mesmo. Na publicação, o prefeito da cidade de Santa Cruz do Sul defende a posse legal de João Goulart à Presidência da República, como podemos evidenciar:

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul, apreensiva com os rumos que vem tomando acontecimentos, dentro da crise determinada pela surpreendente renúncia do Presidente Jânio Quadros, vem fazer o seu pronunciamento pela legalidade em prol da integridade da ordem constitucional bipts Como sucessor legar do presidente renunciante deverá assumir a presidência da República o Dr. João Goulart...³

Entretanto, o prefeito relata, na mesma publicação, que a posse do então vice-presidente deveria ser efetuada somente se o afastamento de Jânio houvesse ocorrido por vontade própria, caso contrário, o renunciante deveria reingressar ao seu posto, o que demonstra certa cautela do mesmo referente a posse de João Goulart.

No mesmo dia da publicação do pronunciamento do prefeito, nos deparamos com o relato da câmara de vereadores da cidade, sendo que a reunião para reflexão ocorreu no dia 28 de agosto de 1961. A Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Sul se posiciona unanimemente a favor da posse de João Goulart, sem cobrar a investigação das causas da renúncia de Jânio quadros. O pronunciamento da Câmara nos traz um aspecto importante de opinião, não declarado por Edmundo Hoppe: A crença de que os acontecimentos posteriores ao ato de Jânio seriam uma tentativa de subversão da ordem constitucional e uma tentativa de implantação de um regime de força no país. Conforme trecho a seguir: “Lança veemente protesto contra as tentativas para subversão da ordem constitucional e conseqüente implantação do regime de força contrariando assim a vontade soberana do povo Brasileiro manifestada através das urnas livres.”⁴

Os sindicatos também se pronunciaram frente aos acontecimentos. Relativamente diferente dos vereadores da cidade e do então prefeito Edmundo Hoppe, os sindicatos da cidade declaram hipotecar, em publicação no dia 29 de agosto de 1961, irrestrita solidariedade à posição tomada pelo governador do estado. Desta forma é possível concluir que nas manifestações, tanto do prefeito quanto dos membros da câmara de vereadores de 1961, que estes não se posicionam alinhando os ideais e forças à Campanha da Legalidade, mas, sim e

somente, ao cumprimento da constituição e posse de João Goulart. Já os sindicatos demonstraram mobilização frente a Campanha da Legalidade e, em publicação no dia 31 de agosto de 1961, foi comprovado o posicionamento do mesmo, pois nele, o líder sindical Roberto Hartungs⁵ comunicou que no Sindicato da Alimentação de Santa Cruz do Sul, foi instalado um alto-falante transmitindo a “Voz da Legalidade”, conforme excerto:

Informa-nos o líder sindical Roberto Hartungs que, desde domingo, os Sindicatos da Alimentação, dos Metalúrgicos, da Construção e do Mobiliário, Borracha e Vestuário, se encontram em reunião constante na sede do Sindicato da Alimentação. Segundo a mesma fonte, na tarde de ontem foram instalados alto-falantes na sede do Sindicato da Alimentação, transmitindo a VOZ DA LEGALIDADE.⁶

O Sindicato, além de se mobilizar referente à Campanha da Legalidade, também expõe, na publicação do dia 29 de agosto de 1961, assim como a Câmara de Vereadores, a crença de que o veto dos ministros militares seria inconstitucional.

Conforme o cenário do país ia se acirrando, outras manifestações surgiam. Podemos observar, no dia 02 de setembro, mensagens de solidariedade a João Goulart de diversas esferas. A Ordem Advogados Brasil (OAB), enviou ao Palácio do Piratini uma mensagem na qual se declara solidária ao movimento de resistência e indica que o veto, ou aos ministros que vetaram a posse do vice-presidente, seriam forças que estavam tentando golpear o país. Nesta mesma publicação identificamos outra mensagem, desta vez da associação profissional de empregados no comércio. Este alude sua mensagem ao respeito das leis e ao livre pensar do povo Brasileiro. Por fim, em nome dos sindicatos da alimentação (ex-fumo), construção e imobiliário, borracha, metalúrgicos, vestuário e comerciário, o comando Sindical de Santa Cruz do Sul dirigiu-se aos trabalhadores a fim de declarar novamente sua repulsa aos acontecimentos posteriores a renúncia de Jânio Quadros e também a declarar sua defesa à liberdade democrática da população.

No que tange o movimento de lideranças políticas Santa-cruzenses, ainda podemos citar o Comitê de Resistência Democrática fundado nesta cidade. No dia 02 de setembro, é publicado no jornal *Gazeta do Sul* um texto onde fica explícito que Arno W. Schmidt⁷, credenciado pelo deputado Milton Dutra, estaria coordenando o comitê de resistência local e o mesmo receberia inscrições de voluntários para a defesa da Constituição, além de doações de sangue. Também, nessa publicação, é descrito que haveria uma sala, concedida pelo prefeito

Edmundo Hoppe, que receberia inscrições de voluntários na rua Borges de Medeiros nº540. Esta também seria a sala de sede do Comitê. Observando constatações no excerto:

...Por iniciativa do dr. Arno W. Schmidt, devidamente credenciado pelo deputado Milton Dutra, como Coordenador local do Comitê pró Resistência Democrática, reuniram-se os membros do Legislativo santa-cruzeiro...

... Em seguida, passou a palavra ao Dr. Arno Schmidt, que comunicou, preliminarmente, ter recebido do deputado Milton Dutra, Coordenador Geral, em todo o Estado, dos Comitês pró Resistência Democrática, um ofício credenciando-o como Coordenador local do referido Comitê para defesa democrática do país e conseqüentemente a posse do Vice-Presidente Dr. João Goulart. O Comitê local deveria receber inscrições de voluntários e Legionários, prontos para a defesa da Constituição.⁸

Levando em consideração o caráter eminentemente simbólico e de caráter nacional da crise, é relevante considerar não somente as reverberações das lideranças locais como também dos veículos de comunicação de massa. Dessa forma, além das lideranças santa-cruzeiras, podemos analisar também as interpretações que o jornal *Gazeta do Sul* deu ao episódio posterior à renúncia. Dessa forma, proponho analisar o Jornal a partir de seus editoriais.

O primeiro editorial publicado pelo Jornal *Gazeta do Sul* trata da renúncia como perturbadora e acredita que, naquele primeiro momento, não se poderia fazer uma interpretação neutra sobre o fato, porém lida com a situação com cautela e classificou-a como “horas perigosas”. Nesta publicação, o jornal *Gazeta do sul*, lamentou a renúncia, pois se tratou de um representante escolhido pela maioria dos brasileiros. Por fim, expôs acreditar na superação do atrito dos homens públicos e também acreditar na conduta das forças armadas.

Com um caráter parecido com a primeira publicação, no dia 31 de agosto, sob o título de “Unidade Gaúcha em prol da Legalidade”, foi divulgado o segundo editorial que nos indica apenas a divergência de opiniões das lideranças políticas brasileiras frente ao rumo presidencial, após a renúncia de Jânio Quadros. Nessa publicação, o jornal torce para que a unidade do estado do Rio Grande do Sul influencie as decisões em Brasília, sem se deter, necessariamente, ou citar a campanha promovida pelo Governador do estado. Ainda, podemos salientar que neste editorial está sendo cobrando os reais motivos que levaram Jânio Quadros a renunciar a presidência, acreditando que o ato, não foi efetivado devido a sua personalidade.

Poucos dias depois, no dia 02 de setembro, podemos observar uma mudança de posicionamento do jornal *Gazeta do Sul*. Nesta publicação, o próprio título já nos permite entender o posicionamento que o jornal decidiu então efetivar. Sob o título “Ditadura Nunca”

foi descrito um cenário de crise caótica no país enfrentada com civismo pela população que, naquele momento, já se encontrava na sua maturidade política. O jornal *Gazeta do Sul* faz uma crítica rude ao veto, conforme demonstra o excerto:

Porém estes conflitos nunca poderão ter a sua solução correta através de manobras criminosas de alguns ambiciosos contra os direitos assegurados pela Constituição e que constituem o alicerce fundamental da ordem jurídica e legal. Procedimentos dessa natureza devem ser prontamente repelidos pela consciência democrática do povo brasileiro, que já superou a obscura e deprimente dos regimes tutelados, com seus tristes efeitos de abastadamente, de ignomínia e de vilanias.⁹

A partir desse trecho, podemos considerar que para o jornal *Gazeta do Sul*, os ministros militares estariam impondo um regime de força que, além de inconstitucional, seria ilegal e “indigesto”. Nas linhas seguintes da publicação, podemos observar o apoio que o jornal vai prestar a atitude dos civis em repudiar a inconstitucionalidade do veto, porém em nenhum momento, é prestado apoio à Campanha da Legalidade. Ao fim desse editorial, é frisado como a constituição é importante, porém, além dela, é importante também que este momento seja vencido “sem truculências contra a legalidade e sem derramamento de sangue”¹⁰. Esta afirmação poderá nos permitir compreender melhor o posicionamento favorável do jornal a posse em caráter parlamentarista no próximo editorial.

João Goulart assume a presidência da República no dia 07 de setembro e, no mesmo dia, é publicado o último editorial aqui citado. Este, sob o título de “Fim da Crise”, nos traz um material que deslumbra, primeiramente, os prejuízos que a crise e o “acirramento involuntário ou deliberado dos ânimos, provocado de parte a parte no auge da crise”¹¹ proporcionou ao país. Sob tom pejorativo, é discorrido referente a paralisação das atividades, os sacrifícios que terão de ser realizados para que o ritmo se reestabeleça e por fim, após os cálculos dos prejuízos, observamos uma visão positiva neste editorial, mencionado aqui no seguinte excerto:

O Congresso, adotando o regime parlamentarista no Brasil, também traçou novos rumos ao país e, se tudo se encaminhar como o esperam os bons brasileiros, o nosso país poderá começar a trilhar uma senda democrática bem mais retilínea, com o desaparecimento dos defeitos congênitos do presidencialismo decadente, a corrupção e o personalismo.

Os brasileiros, neste 7 de setembro singular, voltam os seus olhos confiantes para o Planalto

Central, onde se inicia hoje uma nova fase na vida republicana brasileira. Permita Deus que seja a mais benfazeja e progressista da nossa História.¹²

Nesse fragmento, observamos o quanto é positivo para o jornal *Gazeta do Sul*, o modelo aprovado no dia 02 de setembro de 1961, o parlamentarismo. Além de ter defendido

esta ideia, o jornal também repudiou o regime presidencialista. Seja por medo de uma guerra civil no país ou por um regime presidencialista assumido por João Goulart, herdeiro da política varguista, nesta publicação o jornal vê o parlamentarismo como uma boa saída encontrada pelos representantes no congresso. Apesar de tudo, esse regime não perdurou, sendo realizado um plebiscito em 1963 para que voltasse o regime presidencialista no país.

A resolução da crise: legalidade traída?

A resistência à democracia e à legalidade atingiram níveis surpreendentes. Em Porto Alegre, no pavilhão de exposições Mata-borrão, foi instalado um comitê Central do Movimento de Resistência Democrática, órgão com o fim de unificar outros comitês. Jorge Ferreira (2005, p. 287) disponibiliza em sua obra a informação de que até a meia-noite de 30 de agosto de 1961, já haviam 45 mil voluntários apresentados. Flávio Tavares (2014, p. 108) vai complementar relatando que até o final de 12 dias de resistência haviam 50 mil inscritos, dos quais 12 mil eram mulheres, algo inusitado, pois a mulher recém-começava a participar da política.

A solução para superar a crise que havia se instaurado no Brasil foi finalmente discutida com João Goulart quando o mesmo finalmente chegou a Montevideú em 31 de agosto de 1961. No congresso, tanto os partidos da direita conservadora, quanto os da esquerda defendiam a preservação da legalidade. Eles apenas divergiam quanto à forma que se daria a posse de João Goulart. Enquanto a esquerda solicitava que João Goulart tomasse posse em um regime presidencialista, a ala mais conservadora pedia o parlamentarismo.

Tancredo Neves foi enviado a Montevideú de forma que conseguisse convencer Goulart a aceitar o parlamentarismo. Jango resistiu à ideia do parlamentarismo, porém Tancredo Neves insistiu na possibilidade da guerra civil.

Após acertarem a emenda parlamentarista, Tancredo exigiu que antes da sua posse Goulart não se pronunciasse em Porto Alegre. Na madrugada do mesmo dia o congresso aprovou a emenda parlamentar por 233 votos contra 55 (FERREIRA, 2005, p. 309).

Leonel Brizola, que havia movimentado parte considerável da população, a fim de fazer João Goulart tomar posse da Presidência da República, sentiu que a Legalidade havia sido traída. No dia 05 de setembro de 1961, após a aprovação da emenda parlamentarista pelo

congresso, o jornal *Gazeta do Sul* publicou uma entrevista concedida pelo governador à imprensa local, nacional e estrangeira, designando a reforma como espúria. Segue um fragmento do Manifesto de Brizola:

Vou fazer tudo o que estiver ao meu alcance para denunciar à opinião pública, esta verdadeira humilhação que o Congresso vem de impor ao povo do Brasil. Esta reforma espúria alterou as atribuições específicas do presidente constitucional, eleito pelo voto direto do povo. E é tão espúrio, que nem ao menos, como se costuma fazer em toda a parte, condicionou a mudança de regime ao referendo popular”. Assim se expressou o governador Leonel Brizola, em entrevista coletiva, concedida à imprensa local, nacional e internacional, ao abordar os termos em que foi aprovada a emenda parlamentarista. Fixando a reforma constitucional, votada como foi, dentro de um clima de anormalidade da vida na Nação, quando os ministros militares tentavam a todo o custo, impor a sua vontade acima da população decisão popular como uma verdadeira traição à legalidade. LB afirmou: Não posso aceitar que se decida sobre uma reforma de regime a toque de caixa”, em menos de 24 horas, na calada da noite. Por tudo isso, considero a reforma inoportuna e amoral, embora os juristas afirmam que, do ponto de vista formal é legal...”.¹³

Como demonstra o fragmento, Brizola estaria determinado a reverter a situação, ou a decisão de João Goulart, solicitando a antecipação do plebiscito. Ele afirma que não pode aceitar uma reforma “a toque de caixa”. Este fragmento demonstra o início da militância de Leonel Brizola no que se refere à campanha pela antecipação do plebiscito.

Considerações finais

Conforme o acirramento da crise, as posições foram sendo tomadas. Mesmo não sendo simpatizantes de João Goulart, o medo de uma possível guerra civil, devido a pressão feita pelo Rio Grande do Sul com a Campanha da Legalidade, fez com que até mesmo os setores mais conservadores do congresso optassem pela sua posse, mesmo que, não no regime presidencialista. As lideranças santa-cruzenses também se posicionaram a favor da posse de João Goulart.

No caso das lideranças santa-cruzenses, é possível evidenciar que elas divergem quanto à solidariedade à Campanha da Legalidade de Leonel Brizola. Enquanto os sindicatos mostram-se solidários com o governador em publicação feita ao jornal *Gazeta do Sul* no dia 31 de agosto de 1961, colocando até mesmo alto-falantes em uma das sedes dos sindicatos para transmitir a voz da legalidade, a Câmara Municipal de Vereadores de Santa Cruz do Sul, em anúncio ao jornal *Gazeta do Sul* no dia 29 de agosto de 1961, e o prefeito de Santa Cruz do Sul, Edmundo Hoppe da coligação Partido Social Democrático (PSD) Partido Libertador

(PL) Partido Democrata Cristão (PDC), em publicação do mesmo dia, não demonstram apoio à Campanha movida pelo Governador do estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola.

Quanto ao posicionamento do Jornal *Gazeta do Sul* é possível constatar que, em primeiro momento há uma grande lamentação quanto à renúncia de Jânio Quadros e o jornal não demonstrou o desejo quanto a posse legal pelo vice-presidente. Posterior a isso, o Jornal *Gazeta do Sul* se mostrou cauteloso, tanto no que se refere a posse de João Goulart, como no primeiro momento, quanto a se posicionar favorável à Campanha da Legalidade. Por fim, acabou se mostrando favorável à posse de João Goulart no modelo parlamentarista, forma de governo que poderia os poderes do presidente, seja por temer a guerra civil ou por temer o governo do herdeiro da política varguista.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. O Brasil doente e o povo eleito: Leituras da legalidade na imprensa do Rio Grande do Sul (1961). In: SILVA, Giselda; MATOS, Julia; SCHURSTER, Karl (Org). *Campos da Política - Discursos e Práticas*. 1. ed. São Paulo: LP-Books, 2012. p. 486-504.

ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. *Jango e Brizola: tão perto e tão longe (1961-1964)*. 2007. 133 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2007.

BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: 2 ed. Edusp, 1995.

FELIZARDO, Joaquim José. *A legalidade: último levante gaúcho*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988.

FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 279-314

KLÖCKNER, Luciano; ABREU, Luciano Aronne de; MONTEIRO, Charles (Org.) *Segunda legalidade: registros históricos e jornalísticos*. Porto Alegre: EDIPUCRS: Evangraf, 2014.

Revista Semina V. 17, N.º 1, 2018 – ISSN 1677-1001
Artigo Recebido em 19/06/2018 - Aprovado em 02/09/2018

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Ed saga, 1969.

TAVARES, Flávio. *1961: o golpe derrotado: luzes e sombras do Movimento da Legalidade*. Porto Alegre: L&PM, 2011.

Referencias documentais

Jornal Gazeta do Sul - Centro de Documentação UNISC – Santa Cruz do Sul – 1961.

¹ GAÚCHAZH. Porto Alegre. 2017. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2017/09/justica-aceita-recurso-contra-mudanca-de-avenida-castelo-branco-para-legalidade-9885528.html>>. Acesso em: 13/10/2018

² PALMAR, ALUIZIO. *Manifesto legalista do Marechal Lott*. Disponível em: <https://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2012/02/Panfletolott-244x300.jpg>. Acesso em: 20/11/2018.

³ Prefeito Edmundo Hoppe pronuncia-se pela legalidade. GAZETA DO SUL, Santa Cruz do Sul, 31/08/1961. p. 01.

⁴ A Câmara Municipal de Vereadores de Santa Cruz do Sul. GAZETA DO SUL, Santa Cruz do Sul, 29/08/1961.

⁵ A partir de 1957 e por mais 18 anos, Roberto Adolfo Hartungs exerceria a presidência do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo de Santa Cruz do Sul. Foi eleito, em 1964, vereador de Santa Cruz do Sul pelo PTB, sendo o terceiro vereador mais votado com 1001 votos. Sua candidatura foi cassada em 11 de maio de 1964 por realizar atividades subversivas.

⁶ Sindicatos em reunião constante. GAZETA DO SUL, Santa Cruz do Sul, 31/08/1961.

⁷ Arno W. Schmidt foi um advogado que atuava em Santa Cruz do Sul e tinha seu escritório na rua 28 de setembro, nº 366. O mesmo era representante do Consorcio Pan-Americano de Advocacia e filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro. Foi o primeiro presidente do diretório do PTB em Santa Cruz do Sul.

⁸ Fundado nesta cidade o comitê pró resistência democrática. GAZETA DO SUL, Santa Cruz do Sul, 02/09/1961.

⁹ Ditadura Nunca. GAZETA DO SUL, Santa Cruz do Sul, 02/09/1961.

¹⁰ Ditadura Nunca. GAZETA DO SUL, Santa Cruz do Sul, 02/09/1961.

¹¹ Fim da Crise. GAZETA DO SUL, Santa Cruz do Sul, 07/09/1961.

¹² Fim da Crise. GAZETA DO SUL, Santa Cruz do Sul, 07/09/1961.

¹³ Brizola: Legalidade foi traída. GAZETA DO SUL, Santa Cruz do Sul, 05/09/1961.